

## **TERMO DE REFERÊNCIA**

### **1. OBJETO**

- 1.1 Contratação de empresa especializada para prestação de serviços telemedicina e teleconsulta, para atender as demandas da Gestão Municipal de Coromandel MG, conforme as especificações constantes na tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTID ADE (MESES)	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
259965	Prestação de serviços de teleconsulta em regime de plantão 24 (vinte e quatro) horas, todos os dias da semana, para atendimento imediato e sob demanda nas seguintes especialidades médicas: Cardiologia, Psiquiatria e Ortopedia. Teleconsulta plantão especialidades 24h.	ME	12	R\$ 25.624,00	R\$ 307.488,00
259960	Teleconsulta ambulatorial em Endocrinologia, teleconsulta ambulatorial agendada sob demanda com médico especialista em endocrinologia e com utilização de plataforma própria do	SE	180	R\$115,91	R\$20.864,39



	prestador de serviços.				
259963	Teleconsulta ambulatorial em Neurologia Adulto, teleconsulta ambulatorial agendada sob demanda com médico especialista em neurologia adulto e com utilização de plataforma própria do prestador de serviços.	SE	180	R\$189,15	R\$ 34.048,18
259964	Teleconsulta ambulatorial em Pediatria, teleconsulta ambulatorial agendada sob demanda com médico especialista em neuropediatria e com utilização de plataforma própria do prestador de serviços.	SE	180	R\$228,63	R\$ 41.153,40

1.2 Declara-se que os serviços são de natureza comum, não superior à necessária para cumprir as finalidades às quais se destinam.

1.3 Na forma exigida pelo Art. 19, §2º da Lei n.º 14.133/2021, cumpre esclarecer que não foi utilizado o Catálogo Eletrônico de Padronização, instituído por meio da Portaria SEGES/ME n.º 938, de 02 de fevereiro de 2022, tendo em vista que, até o presente momento, não consta no referido catálogo o serviço/produto acima descrito;

1.4 A contratação pretendida não está contemplada no Plano de Contratações Anual do presente ano, por se tratar de emenda parlamentar recebida em agosto de 2025, não sendo possível sua previsão no plano.

Nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, é assegurada a participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais nos itens cujo valor estimado de referência seja inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais). Entretanto, no presente certame,



não será aplicado o tratamento diferenciado previsto na referida legislação, uma vez que o critério de julgamento adotado é o de menor preço global.

## 2. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 2.1 O custo estimado total da contratação é de R\$ 403.554,00 (quatrocentos e três mil quinhentos e cinquenta e quatro reais).

## 3. VIGÊNCIA

- 3.1 A duração da vigência do contrato será de 12 (dode) meses.

- 3.2 Há possibilidade de prorrogação?

( ) Não. Em razão de: \_\_\_\_\_

(X) Sim. O contrato poderá ser prorrogado pelo prazo disposto em lei e conforme interesse da administração pública.

## 4. FUNDAMENTO E JUSTIFICATIVA ACERCA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 4.1 A contratação de empresa especializada para prestação de serviços de telemedicina é necessária em razão da demanda crescente por atendimentos médicos especializados na rede municipal de saúde, tanto na **UPA Municipal**, que exige cobertura contínua em regime de plantão, quanto na Atenção Básica, que carece de suporte em especialidades de difícil disponibilidade local.
- 4.2 O município enfrenta limitações para manter profissionais especialistas em regime presencial, devido à escassez desses profissionais no mercado regional e aos altos custos decorrentes da contratação direta, encargos trabalhistas e adicionais de plantão. Além disso, a ausência de especialistas compromete a resolutividade dos atendimentos e gera necessidade de encaminhamentos a centros de referência, acarretando deslocamentos de pacientes e sobrecarga de outros serviços de saúde.
- 4.3 A contratação permitirá ampliar o acesso da população a especialidades médicas por meio de plataforma de telemedicina, garantindo cobertura 24 horas para a UPA, consultas ambulatoriais especializadas na Atenção Básica, suporte técnico aos profissionais locais e integração digital dos registros clínicos.
- 4.4 Ressalta-se que o município não dispõe de servidores com capacidade técnica para disponibilizar, gerir e executar serviços de telemedicina, sendo necessária,



portanto, a contratação de empresa especializada para assegurar a prestação adequada e contínua do serviço.

## **5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO**

5.1 A solução a ser contratada consiste na prestação de serviços de telemedicina por empresa especializada, visando garantir cobertura médica especializada para a UPA Municipal, em regime de plantão 24 horas, e para a Atenção Básica, por meio de consultas ambulatoriais em especialidades de difícil disponibilidade local.

### **5.2 Ciclo de vida do objeto:**

- **Implantação:** disponibilização, pela contratada, de plataforma tecnológica de telemedicina segura e em conformidade com a LGPD, treinamento inicial dos profissionais da rede municipal e integração da solução ao sistema oficial do município.
- **Operação:** prestação contínua dos serviços, incluindo realização de plantões médicos especializados na UPA, teleconsultas ambulatoriais na Atenção Básica, emissão de pareceres, laudos e relatórios digitais, suporte técnico em tempo real e atualização da plataforma.
- **Suporte e manutenção:** a contratada deverá garantir o pleno funcionamento da plataforma, fornecendo assistência técnica contínua, atualizações de segurança, monitoramento de desempenho e manutenção preventiva e corretiva sempre que necessário.
- **Encerramento:** ao término da vigência contratual, a contratada deverá assegurar a migração e a integridade de todos os dados e registros médicos para o sistema oficial do município, sem ônus adicional, garantindo a continuidade da gestão das informações.

### **5.3 Especificações do serviço:**

- Atendimento especializado para a UPA Municipal, com previsão de 30 plantões mensais, em regime de 24 horas, nas especialidades de Cardiologia, Psiquiatria e Ortopedia.



- Atendimento ambulatorial na Atenção Básica, com até 20 consultas mensais por especialidade (Endocrinologia, Neuropediatria e Neurologia), sempre acompanhadas por profissional de saúde da Unidade.
- Plataforma de telemedicina disponibilizada pela contratada, devendo garantir sigilo, integridade e rastreabilidade dos dados clínicos.
- Suporte técnico remoto durante todos os atendimentos, garantindo estabilidade e continuidade do serviço.
- Emissão e entrega de laudos e relatórios médicos em meio digital, devidamente integrados ao sistema oficial do município.

5.4 Essa solução permitirá ampliar a resolutividade da rede municipal de saúde, reduzir encaminhamentos desnecessários, otimizar recursos públicos e assegurar à população acesso contínuo a serviços médicos especializados.

## 6. **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

6.1 A contratada deverá realizar os serviços de acordo com as especificações técnicas constantes no Item 1 deste Termo de Referência.

6.2 A contratação da empresa especializada em serviços de telemedicina deverá atender aos seguintes requisitos mínimos, em conformidade com as necessidades identificadas no Estudo Técnico Preliminar:

### 6.3 **Plataforma tecnológica:**

Disponibilização de sistema seguro e estável de telemedicina, com funcionamento ininterrupto (24h/dia), interface amigável e acessível aos profissionais de saúde, interoperabilidade com sistemas do SUS.

Garantia de confidencialidade, integridade e rastreabilidade das informações, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD e normas do Conselho Federal de Medicina.

### 6.4 **Serviços médicos especializados:**

Cobertura para a UPA Municipal com escala de plantões médicos remotos em especialidades de alta complexidade (Neurologia, Cardiologia, Infectologia, Psiquiatria, Pediatria, Nefrologia e Ortopedia), em regime de 24 horas.



Disponibilização de atendimentos ambulatoriais especializados para a Atenção Básica, em especialidades como Neuropediatria e Neurologia, em quantidade mensal previamente estimada.

Emissão de laudos, pareceres e relatórios digitais de forma padronizada, com registro imediato no prontuário do paciente.

**6.5 Suporte técnico e operacional:**

Atendimento técnico remoto em tempo real, garantindo a continuidade do serviço em caso de falhas.

Manutenção preventiva e corretiva da plataforma, com atualizações de segurança e performance sempre que necessárias.

Canal de comunicação permanente para apoio aos profissionais da rede municipal.

**6.6 Capacitação:**

Treinamento inicial e contínuo para médicos, enfermeiros e demais servidores que utilizarão a plataforma, abrangendo o uso do sistema, protocolos de segurança da informação e fluxos de atendimento.

**6.7 Responsabilidades da contratada:**

Garantir a disponibilidade ininterrupta dos serviços contratados durante a vigência do contrato.

Responsabilizar-se pela integridade e pelo arquivamento seguro dos dados clínicos.

Disponibilizar equipe de suporte para pronta resposta em casos de incidentes técnicos ou operacionais.

**6.8 Resultados esperados:**

Redução de encaminhamentos desnecessários a centros de referência.

Melhoria da resolutividade da rede municipal de saúde.

Maior eficiência no aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros do município.

Garantia de acesso equitativo da população a serviços médicos especializados.

6.9 A execução dos serviços deverá ser realizada em conformidade com as normas técnicas e legislação vigente, com as especificações e condições descritas neste termo.



6.10 Deverão ser executados os serviços de teleconsulta, das especialidades descritas neste Termo, através de profissionais técnicos especializados, com a utilização de plataforma própria e confiável e de acordo com todas as recomendações técnicas referentes a prestação de serviços de telemedicina, de modo a garantir o pleno funcionamento dos serviços.

6.11 A Contratada deverá arcar com todos os custos e logística, instalação e treinamento prévio para utilização da plataforma, sem ônus para o município.

6.12 Os serviços deverão ser executados diretamente pela empresa vencedora, não podendo ser cedidos ou subcontratados;

6.13 Os serviços deverão ter prazo de garantia mínima de 01 (um) ano.

## 7. **MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

7.1 A execução do contrato deverá ser realizada em conformidade com as disposições constantes no item 6 e 9 deste Termo de Referência.

## 8. **MODELO DE GESTÃO E DE FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

8.1 A gestão do contrato será realizada pelo servidor Heberton Duarte de Sousa, conforme portaria nº 021 de 09 de setembro de 2024.

8.2 A fiscalização do contrato será realizada pelo servidor Elionai Dias de Moraes.

8.3 Os responsáveis pela gestão e pela fiscalização do contrato deverão observar as disposições constantes no Decreto Municipal 257 de 14 de novembro 2023.

## 9. **CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### 9.1 Recebimento do Objeto

Os serviços serão executados nos locais designados pela Gestão Municipal de Saúde, onde serão atendidos pacientes da Saúde Básica e Média e alta complexidade, conforme ordem de serviço a ser emitida pela contratante.

9.1.1 Os serviços deverão ser executados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da emissão da ordem de serviço, incluindo a disponibilização da plataforma de atendimento online e a capacitação dos servidores que farão uso dela.

9.1.2 Durante a execução do objeto, este será acompanhado pelo fiscal do contrato para verificação de conformidade;



9.1.3 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser reparado ou substituído no prazo máximo de 5 (cinco) dias, sem ônus para a Prefeitura Municipal, prejuízo da aplicação das penalidades;

9.1.4 O objeto será recebido definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, ou da substituição do serviço, após a consequente aceitação mediante termo detalhado;

9.1.5 Mesmo após o recebimento definitivo, enquanto estiver vigente o prazo da garantia, se os serviços apresentarem vícios, defeitos ou incorreções, deverão ser reparados e corrigidos, sem ônus para a Prefeitura Municipal, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos;

9.1.6 As substituições dos serviços, quando das revisões em garantia, estarão sujeitas às obrigações praticadas no mercado, nos termos das legislações pertinentes e subsidiárias;

9.1.7 Nos atendimentos ambulatoriais, o pagamento será realizado conforme os quantitativos de serviços realizados pela CONTRATADA, aceitos e aprovados pela fiscalização, através de relatórios de atendimentos.

9.1.8 Nos atendimentos no regime de plantão de especialistas para apoio a UPA, o pagamento será realizado de forma mensal, aceitos e aprovados pela fiscalização, através de relatórios de atendimentos.

## 9.2 Liquidação

9.2.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

9.2.2 O setor competente deverá verificar se na nota fiscal ou no instrumento de cobrança equivalente constam as informações necessárias para a liquidação da despesa.

9.2.3 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras,



reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

9.2.4 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal e da documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

### 9.3 Prazo de pagamento

9.3.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 20 (vinte) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

### 9.4 Forma de pagamento

9.4.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, em nome da empresa vencedora, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

9.4.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.4.3 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

## 10. **FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

10.1 O locador será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

10.2 Tal escolha se justifica em razão da singularidade do objeto licitado, qual seja, a prestação de serviços de telemedicina, cuja natureza é integrada, sistêmica e tecnicamente indivisível. A execução dos serviços demanda padronização tecnológica, uniformidade nos protocolos de atendimento, interoperabilidade entre sistemas e continuidade operacional, o que exige contratação única e coesa.

10.3 O eventual fracionamento do objeto entre diferentes fornecedores poderia acarretar incompatibilidades técnicas entre plataformas, despadronização dos atendimentos, dificuldades de suporte e manutenção, além de comprometer a eficiência e a qualidade do serviço prestado.



10.4 Dessa forma, diante da necessidade de garantir a integridade funcional e tecnológica do serviço de telemedicina, a contratação global mostra-se a solução mais vantajosa para a Administração Pública, afastando a possibilidade de aplicação do tratamento diferenciado previsto na LC nº 123/2006.

## **11. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO**

11.1 Ato Constitutivo;

11.2 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede ou;

11.3 Ato constitutivo - Estatuto ou Contrato Social - e alterações em vigor, devidamente registradas e arquivadas na repartição competente, para as Sociedades Comerciais, e, em se tratando de Sociedades por Ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;

11.4 Inscrição do ato constitutivo, no caso de Sociedades Cíveis, acompanhada de prova da diretoria em exercício, ou;

11.5 Decreto de autorização, em se tratando de empresas ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

11.6 Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br), ou;

11.7 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores, ou;

11.8 Certidão Simplificada, Ou Simplificada Digital da Junta Comercial, com data de emissão máxima de 90 (Noventa) dias, para fins de comprovação da condição de Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP);

11.9 Prova de Inscrição no CNPJ. O documento deverá ser expedido no máximo 90 (Noventa) dias antes da data do recebimento dos envelopes;



- 11.10 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal em vigor;
- 11.11 Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT conforme lei 12.440, de 07 de julho de 2011, em vigor;
- 11.12 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, incluindo os Débitos Previdenciários, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, certidão negativa ou positiva com efeito negativa, em vigor;
- 11.13 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado, Certidão Negativa ou Positiva com efeito Negativa, em vigor;
- 11.14 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município, Certidão Negativa ou Positiva com efeito Negativa, em vigor;
- 11.15 Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. Caso o documento não declare sua validade somente será aceito documento expedido no máximo 90 (noventa) dias antes da data do recebimento dos envelopes;
- 11.16 Documento de identificação dos sócios da empresa com número do CPF e RG;
- 11.17 Alvará de localização e funcionamento, dentro da validade;
- 11.18 Declaração expressa de que a licitante não emprega trabalhador nas situações previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, assinada por sócio, diretor ou procurador que tenha poderes para tal investidura
- 11.19 Declaração de enquadramento de microempresa, empresa de pequeno porte, se for o caso;



- 11.20 Declaração de atendimento pleno a todos os requisitos de habilitação;
- 11.21 Atestados ou declarações de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem a execução de serviços de telemedicina ou serviços médicos à distância, com características compatíveis com o objeto da presente contratação.
- 11.22 Comprovação de inscrição da empresa no Conselho Regional de Medicina (CRM), na forma da Resolução CFM nº 2.314/2022 e demais normativas aplicáveis.
- 11.23 Comprovação de que a equipe contempla, no mínimo, as especialidades médicas requeridas neste Termo de Referência (Neurologia, Neuropediatria, Cardiologia, Infectologia, Psiquiatria, Pediatria, Nefrologia e Ortopedia).
- 11.24 Declaração de disponibilidade de plataforma própria ou contratada de telemedicina, com certificações de segurança da informação compatíveis

**12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

- 12.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 12.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 12.3 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 12.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 12.5 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 12.6 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinado.

**13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**



- 13.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no instrumento convocatório, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- 13.2 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos.
- 13.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 13.4 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 13.5 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- 13.6 Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da Prefeitura Municipal de Coromandel/MG;
- 13.7 Responder pelos danos causados diretamente a Prefeitura Municipal de Coromandel/MG; ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante o fornecimento do produto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Prefeitura Municipal de Coromandel/MG;
- 13.8 Responder, ainda, por quaisquer danos causados diretamente a bens de propriedade da Prefeitura Municipal de Coromandel/MG quando esses tenham sido ocasionados por seus empregados durante o fornecimento do produto;
- 13.9 Efetuar a troca dos produtos considerados sem condições de uso, no prazo constante no Termo de Referência, contado do recebimento da comunicação expedida pelo Setor competente;
- 13.10 Comunicar ao Serviço competente da Prefeitura Municipal de Coromandel/MG, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;
- 13.11 Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e no ato da assinatura de contrato ou outro documento equivalente;



13.12 A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciário, fiscais e comerciais, resultantes da execução deste contrato.

#### **14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

14.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2 Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

14.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

14.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

14.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

14.2.4 Multa:



A) Moratória, para as infrações descritas no item “d”, por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela adimplida.

B) Moratória, por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, se for o caso.

C) Na hipótese de exigência de garantia, o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para sua apresentação, suplementação ou reposição autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “a”, “b”, “c”, “d”, “e” e “h”.

14.2.5 Os valores das multas moratórias e compulsórias serão estabelecidos na minuta contratual da futura contratação, observando-se os limites previstos na Lei nº 14.133/2021, não podendo ser inferiores a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superiores a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado por contratação direta, nos termos do artigo 156, §3º, da referida Lei.

14.3 A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

14.4 Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

14.5 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

14.7 A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente



14.8 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF, se for o caso.

14.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

14.9 Na aplicação das sanções serão considerados:

- 14.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 14.9.2 as peculiaridades do caso concreto;
- 14.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 14.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e
- 14.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.10 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

14.11 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado,



observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

14.12 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

14.13 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **15. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

15.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

15.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

15.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

15.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

15.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

15.6 É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.



- 15.7 O Contratado deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 15.8 O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 15.9 O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 15.10 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 15.11 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 15.12 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
- 15.13 Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

## 16. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 16.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do Município na seguinte dotação:

Ficha	404	—	10.301.0006.3.3.90.39.00.00
521 — 10.302.0006.3.3.90.39.00.00			


- 16.2 A despesa da presente contratação decorre de:

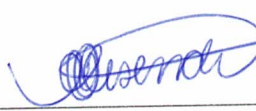
( ) Recurso Próprio.



( x ) Outros: Federal

Coromandel, 11 de setembro de 2025.

  
Lilian Suelem Moreira Borges  
Gestora Municipal de Saúde

  
Isabela Cristina Lemes Resende  
COORDENADORA  
ALMOXARIFADO SAÚDE